



## ATA DA CENTÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Quero justificar a ausência da deputada Lia Nogueira, através do Ofício nº 47/2023-GAB, que está representando a Assembleia Legislativa na 26ª Conferência da União dos Legisladores e Legislativos (Unale), no Ceará, nos dias 07, 08 e 09 de novembro; cumprimentar o senhor Fernando Anuniação, presidente da Fenaspem; e parabenizar o senhor André Santiago, presidente DO Sindicato dos Policiais Penais de Mato Grosso do Sul, pelo importante exercício da democracia na busca dos direitos. Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, servidores e servidoras aposentados do Mato Grosso do Sul, que mais uma vez estão aqui para reivindicar a eliminação dessa cobrança injusta dos 14% nos salários. *"Ata da Nonagésima Nona Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Vinte da Nonagésima Oitava Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 337/2023, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 707/2023, da Agência Nacional de Telecomunicações; Carta nº 14/2023 CCR MSVia; Ofício nº 1.476/2023, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; Ofício nº 3.772/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Ofício nº 769/2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande; Ofício nº 2.264/2023, da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Professor Rinaldo, Coronel David, Zé Teixeira, João Henrique, Pedro Kemp, Lia Nogueira, Mara Caseiro, Junior Mochi, Rafael Tavares, Roberto Hashioka e Lucas de Lima. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Neno Razuk, Pedrossian Neto, Marcio Fernandes, João César Mattogrosso, Renato Câmara, e Gleice Jane. GRANDE EXPEDIENTE – Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 224/2023, de autoria deputado Neno Razuk; Projeto de Lei nº 231/2023, de autoria da deputada Gleice Jane; Projeto de Lei nº 280/2023, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Zé Teixeira endereçada ao arquiteto e urbanista Neder Schabib Peres, servidor concursado que pertence ao quadro de servidores efetivos desta Casa de Leis, em reconhecimento por sua participação*

*no projeto arquitetônico e execução da obra de construção do Hospital do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (Cras), localizado no Parque Estadual do Prosa - Reserva do Parque dos Poderes, em Campo Grande, e através dele cumprimentarmos todos os trabalhadores no Poder Legislativo, pelo Dia do Servidor Público; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), através de seu superintendente, senhor Cláudio George Mendonça, da diretora técnica, senhora Sandra Amarilha, e do diretor de operações, senhor Tito Manuel Sarabando Bola Estanqueiro, pela realização do evento "EmpreendeFest"; indicações, de autoria dos deputados Zé Teixeira, Rafael Tavares, Neno Razuk, Jamilson Name e Zeca do PT.*

**EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – *Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, trinta e um de outubro do ano de dois mil e vinte e três". Foi lida a ata, senhor presidente.*

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente desta Sessão.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, deputadas, aposentados presentes neste Plenário. Expediente da Sessão Ordinária do dia 07 de novembro de 2023: Ofício nº 275/2023, do Poder Executivo, encaminhando para análise e parecer desta Casa, documentos relativos ao Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário de Mato Grosso do Sul (Fundersul); Ofício nº 276/2023, do Poder Executivo, encaminhando para análise e parecer desta Casa o anexo da primeira alteração do Plano de Aplicação de Recursos do Fundersul, janeiro a dezembro de 2023, e anexo do Plano de Aplicação de Recursos do Fundersul, janeiro a dezembro de 2024; Carta da Federação de Bancos (Febraban), requerendo a juntada da nota técnica referente ao Projeto de Lei nº 285/2023, de autoria do deputado Pedro Kemp; Ofícios nºs 3.848 e 3.849/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Capitão Contar e Rafael Tavares (Prot. nºs 1374, 1113/2023). Está lido o expediente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado João César Mattogrosso.

**DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, todos que nos acompanham pela TV Alems, a todos os aposentados que se fazem presentes nessa distinta Casa de Leis. Vou proceder à leitura das minhas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (Agesul), senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando que sejam implantadas, em caráter de urgência, a sinalização vertical e horizontal na MS-141, denominada Rodovia Paulo Rodrigues Santos, no trecho que liga o município de Naviraí à Ivinhema. Justificativa: essa solicitação é do vereador Rodrigo Sacuno. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso

do Sul (Agesul), senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando que sejam adotados os procedimentos necessários para implantação de sinalização horizontal e vertical no perímetro urbano da rodovia MS-134, trecho que liga Batayporã a Nova Andradina. Justificativa: essa é uma solicitação do senhor Raul Saovesso. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Educação (SED), senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando estudo de viabilidade para reforma geral das seguintes escola estadual Doutor Gabriel Vandoni de Barros, no município de Corumbá, e da escola estadual Octacílio Faustino da Silva, localizada na Rua Major Gama, no bairro Popular Velho, em Corumbá. Justificativa. Ambas as solicitações são do vereador Helinho.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu gostaria de fazer uma denúncia em nome de muitos consumidores que entraram em contato comigo, referente ao valor absurdo que está sendo cobrado nas contas de energia pela Energisa, visto que esse mês veio um valor absurdo aqui no Mato Grosso do Sul. Na legislatura passada, nós tivemos esse problema relatado por vários deputados, inclusive convocamos o diretor-presidente da Energisa, foi aberta uma CPI para investigar o porquê da cobrança desses valores exorbitantes, mas não deu em nada, veio a pandemia, a CPI ficou patinando, e não tivemos resultado. Era para ter sido feita uma auditoria nos relógios das casas em razão de que as pessoas têm o mesmo consumo de um mês para o outro, mas de repente a conta de energia dobra. Este mês muitas pessoas me passaram a conta de energia com valor muito acima do que elas pagam na média. Então nós estamos aqui cobrando explicações porque trata-se de concessionária de serviço público essencial para a população, e ela não pode simplesmente dizer que na época de calor se gasta mais. É imprescindível que ela preste esclarecimentos à Assembleia Legislativa, e nós temos que acionar o Procon, o Ministério Público, para fazer uma auditoria, uma investigação sobre o que que está acontecendo. Há pessoas enviando mensagem, dizendo que estão tendo que diminuir a conta do mercado para poder pagar a conta de energia. Eu apresentei uma indicação para o governo do estado, solicitando a isenção do ICMS nas contas de energia nesses meses de muito calor para que o valor cobrado seja reduzido. Estou reiterando esse pedido e encaminhando ao Procon, solicitando medidas do órgão para fiscalizar e acompanhar o aumento expressivo das tarifas de energia elétrica das residências sul-mato-grossenses, referentes aos meses de outubro e novembro, tendo em vista que em alguns casos o valor da tarifa triplicou. Senhor presidente, eu também gostaria de fazer um apelo ao governo do estado no sentido de retomar as negociações sobre o abono ou auxílio alimentação para os servidores administrativos da Educação, e, se possível, estender também para outros servidores administrativos. O governo vinha negociando com a Fetems o aumento do auxílio alimentação para servidores do estado que recebem os menores salários, de cem para quatrocentos reais, porque em alguns casos tem que ter uma complementação para chegar ao salário mínimo, e simplesmente suspendeu essa negociação. Eu fiquei sabendo agora pela manhã que hoje à tarde o secretário de governo, Caravina, vai receber a Fetems novamente. Já que hoje a situação financeira do governo é confortável, ele poderia atender essa solicitação. Para isso conto com o



apoio dos nobres pares e do presidente da Comissão de Educação, deputado Professor Rinaldo. Por último, senhor presidente, quero registrar que esse movimento dos servidores aposentados vem crescendo, haja vista que no primeiro semestre nós recebemos um grupo de mais ou menos quarenta pessoas e hoje estão aqui, praticamente, cento e trinta, o que demonstra que o servidor aposentado está revoltado com a cobrança dos 14%, mesmo porque ele já tem o desconto do Imposto de Renda e da Cassems. É uma injustiça muito grande porque essas pessoas contribuíram a vida inteira. O governo já sinalizou que vai estudar, que vai apresentar uma proposta, mas nós não podemos esperar tanto tempo assim, já se passou um ano e estamos chegando ao final do ano. É muito importante que o governo sinalize concretamente com uma proposta para que os aposentados de Mato Grosso do Sul tenham agora, perto do Natal, a certeza de que as coisas vão mudar. Contem com o apoio desta Casa, nós estamos juntos com vocês. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e nobres colegas parlamentares. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópia autônoma ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviço Público, Domingos Sahib Neto, solicitando a finalização da reforma na praça do bairro Guanandi I, localizado na rua Barra Mansa, esquina com a rua Itapirapua, nesta Capital. A proposta em questão visa atender a solicitação encaminhada diretamente a esse gabinete, por meio do líder comunitário do bairro Guanandi I, senhor Rafael Oliveira, devido à crescente preocupação e descontentamento com relação à obra de reforma da praça, iniciada em 2022, que ainda não foi finalizada. Essa praça tem sido um sonho antigo da comunidade e a população está ansiosa para desfrutar os benefícios que ela trará à região. Eu gostaria de lembrar que a verba para essa reforma foi destinada por meio de uma emenda parlamentar, o que significa que os recursos necessários para concluir a obra estão disponíveis. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Hélio Peluffo, secretário de estado da Infraestrutura e Logística (Seilog), e ao senhor Antônio José Paniago, secretário municipal de Obras e Infraestrutura, de Terenos, solicitando que seja realizado o encascalhamento da estrada que dá acesso ao distrito de Campo Verde, em Terenos. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada pela senhora Damares Rodrigues. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviço Público, senhor Domingos Sahib Neto, solicitando a poda ou remoção das árvores na ponte de pedestre do bairro Guanandi nesta Capital. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Coronel Davi. Por inversão, com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, a quem nos acompanha na TV Assembleia, ex-servidores públicos aposentados que nos prestigiam com a sua presença nesta Sessão. Tenho aqui uma moção de congratulação e uma indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada a moção de congratulação aos cabos da Polícia Militar Ruderci Cabral Ortigoza Alves, Roberto Alves Medeiro e Antônio Vieira da Silva, pelo reconhecimento ao resguardarem a vida de um homem que tentou suicídio em uma propriedade rural. O fato ocorreu no dia 17 do novembro de 2023, no município de Laguna Carapã, quando em função de uma discussão familiar o homem atentou contra sua própria vida ao se pendurar em uma árvore com uma corda em volta de seu pescoço. Importante consignar que ao encontrá-lo, ele já estava desfalecido. Diante disso, quando os membros da equipe policial ergueram seu corpo, após rápida ação, conseguiram cortar a corda, e como o homem não respirava, foi necessária a realização de ressuscitação cardiopulmonar. Após alguns minutos, o homem votou a respirar e em seguida foi levado pela equipe ao hospital local. Após aprovada, a moção deverá conter a seguinte mensagem: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante do povo sul-mato-grossense, por iniciativa do deputado estadual Roberto Hashioka, congratula-se com os cabos da Polícia Militar Ruderci Cabral Ortigoza Alves, Roberto Alves Medeiro e Antônio Vieira da Silva, pelo salvamento de um homem na área rural do município de Laguna Carapã". Indico à Mesa, de forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), senhor Euro Nunes Varanis Junior, solicitando, em regime de urgência, que sejam realizadas obras de melhoramento das sinalizações horizontal e vertical, e a instalação de redutores de velocidade na rodovia BR-376, próximo à Nova Andradina, especificamente em três trechos: no acesso ao distrito Industrial, ao Frigorífico JBS, e no cruzamento da vicinal que dá acesso ao bairro Escolinha e ao município de Taquarussu. Trata-se de uma reivindicação da população que solicita a realização de obras de melhoramento da sinalização horizontal e vertical e a instalação de redutores de velocidade nas imediações dos trechos citados. Os referidos locais são pontos de conflito de tráfego, têm fluxo intenso e acidentes recorrentes, inclusive, recentemente, com vítima fatal. Destaca-se que este parlamentar já tratou pessoalmente com o superintendente regional do Dnit sobre os problemas daquela rodovia, reiterando o pedido de providências. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Com a palavra deputado Coronel Davi.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Bom dia, presidente, nobres pares, servidores públicos que estão aqui prestigiando esta Sessão. Eu tenho aqui uma moção de congratulação endereçada à Polícia Militar do nosso estado, porque entendo que quando uma pessoa demonstra desconhecimento do trabalho feito pela Polícia Militar, o que nós temos que fazer é buscar o esquecimento da besteira que ela falou. Por isso, senhor presidente, indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Polícia Militar do Mato Grosso do Sul, pelo excelente serviço prestado a nossa população e por ter sido apontada como a terceira melhor Polícia Militar do Brasil.

Moção de repúdio. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de repúdio ao desembargador Adriano Roberto Linhares Camargo, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, com cópia ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, pelas declarações defendendo a extinção da Polícia Militar. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação aos Policiais Militares do DOF, pelo excelente serviço prestado na captura de indivíduos e na liberação de reféns, restaurando a segurança pública. Fica aqui os nossos cumprimentos ao capitão Joelson Nobre Limeira Lazzari; ao terceiro-sargento Gilson de Oliveira; ao terceiro-sargento Jailson Wellington Valdez da Silva; ao cabo Ronilson Riquelme Pires; ao cabo Anderson Paes Santana e ao cabo Tiago Nobre da Silva. Somente isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Bom dia, presidente, nobres colegas deputados, a todos que nos assistem pela TV Assembleia e, de uma forma especial, a todos os aposentados que estão aqui buscando os seus direitos. Quero dizer que a presença de vocês aqui na Assembleia é muito importante e que podem contar com o meu apoio. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel; ao secretário de estado de Saúde, senhor Maurício Simões Correia, solicitando a ampliação do quadro de servidores para melhorar o atendimento das demandas do Hemocentro do município de Dourados, visto que o estoque de sangue no estado sempre está no limite inferior e nós temos que retomar essa discussão. Nós criamos a Semana Estadual do Doador, e também várias ações para sensibilizar a população para que ela possa ter confiança, mesmo porque doar sangue é um ato de generosidade e de amor ao próximo. Portanto, fazendo essas considerações, quero aqui encerrar minhas palavras, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, quem nos honra com a sua presença neste Plenário, quem nos assiste pela TV Assembleia, em especial aos servidores aposentados e pensionistas que aqui estão em busca das suas reivindicações. Eu também sou servidor público e quando esse projeto foi votado e aprovado, nesta Casa, eu me posicionei contrário à cobrança dos 14%. Os servidores por um longo período prestaram a sua colaboração ao estado de Mato Grosso do Sul, e agora, no final de carreira, no momento de se aposentar e ter tranquilidade na vida, são penalizados com um aumento do índice de recolhimento no seus salários. Quando o projeto veio para esta Casa, o teto nacional era R\$ 5.600,00, e só recolhia quem ganhava acima desse valor, mas com a regra do governo federal o teto baixou para um salário mínimo. Então, eu fiz uma emenda com um teto de três salários mínimos, conseguimos aprovar na CCJR, mas depois ela foi derrubada em Plenário. Os estados de Mato Grosso e do Paraná pegaram a emenda que eu havia feito aqui no Mato Grosso do Sul, deputado Zeca, e aprovaram. Ou seja, quem ganha menos

de três salários mínimos não é atingido. Então eu quero dizer aos servidores que muito contribuíram para o Mato Grosso do Sul: podem contar com o meu apoio! Senhor presidente, eu quero fazer uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando estudos de viabilidade para que seja disponibilizado um local adequado para a continuidade das aulas da Escola Estadual Professora Lígia Terezinha Martins, que se encontra em reforma, no município de Rio Brillhante. A presente indicação é motivada por requerimento da Câmara Municipal de Rio Brillhante, a partir da proposição do vereador Venezelos Papacosta Neto, Ofício nº 116/2023, encaminhado com a devida justificativa anexa. Senhor presidente, era o que eu tinha. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, quero cumprimentar todos os servidores públicos aposentados que se fazem presentes, não só prestigiando, mas solicitando que esta Casa de Leis faça essa interlocução para atender a reivindicação dos servidores aposentados. Eu e o deputado Pedro Kemp já fizemos indicações nesta Casa, reuniões na Ageprev, e entendemos a importância dessa reivindicação que se faz necessária, não somente pelo merecimento, pelo tempo de serviço prestado, mas também porque o reajuste não atendeu às expectativas e eles ainda tiveram um decréscimo na sua remuneração, em função do aumento da contribuição para a previdência. Então, eu quero me somar ao deputado Pedro Kemp e aos demais deputados nesta reivindicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Suelen Sulina da Costa, profissional de Coxim, eleita a melhor merendeira do estado, que após ganhar o segundo desafio estadual das merendeiras, fez o prato favorito dos alunos e ganhou a competição realizada pelo Sebrae. Suelen é uma servidora pública de excelência, dedicada ao seu trabalho e tendo reconhecida a sua atividade, venceu o concurso estadual realizado pelo Sebrae. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Mauro Souza Araújo, investigador da Polícia Civil em Campo Grande, pelo seu falecimento ocorrido no último sábado, dia 04 de novembro. Era só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Rafael Tavares.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas, todos que acompanham a Sessão de hoje. Quero, de antemão, dizer aos servidores que estão aqui presentes que têm o meu apoio para lutar contra esses 14% abusivos, porque o governo do estado não pode esfolar ainda mais o servidor público. Quero colocar o meu gabinete à disposição de vocês para ajudá-los juridicamente e impedir essa cobrança absurda. Muito obrigado, presidente.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, servidores públicos que estão aqui presentes e quem nos assiste pela TV Assembleia. Há algum tempo eu tenho levantado, nesta Casa, a necessidade de se terminar o constrangimento que têm vivido os trabalhadores da agricultura familiar. O governo do estado e o governo do presidente Lula têm incentivado a produção nos assentamentos, dos quilombolas, das comunidades indígenas, mas o que acontece é que essa gente vive hoje uma angústia muito grande porque quando vem para a cidade expor e vender os seus produtos nas feiras da agricultura familiar para obter renda e melhorar sua vida, o lagro, que tem as suas razões, não vou entrar nesse mérito, vai lá, com a autoridade que tem, prende a produção de queijo, frango, carne, ou outra espécie, e joga no lixo. Senhor presidente, deputado Paulo Corrêa, senhores deputados e deputadas, eu pedi e a minha assessoria estudou todas as experiências dos mais diferentes estados e concluiu um projeto que estou apresentando hoje, que cria um Sistema Unificado de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte, como mecanismo, em parceria com o governo do estado, por meio das instituições voltadas para isso. As prefeituras e os produtores criam mecanismo de inspeção e certificação de qualidade da produção da agricultura familiar. Então, eu estou apresentando um projeto de lei que propõe a instituição de um sistema unificado para que tramite nesta Casa, tenha um parecer, espero que o melhor possível, para facilitar a vida daqueles que produzem como pequenos produtores. E, para concluir, eu indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos, senhor Carlos Alberto Assis, solicitando que seja envidados esforços para implementação de novas linhas de ônibus para atender às necessidades de locomoção intermunicipal entre Ladário e Corumbá, devido à precariedade dos serviços que vêm sendo prestados naquela região. Era isso o que eu tinha. Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Senhor presidente, eu pedi pela ordem para dizer a Vossa Excelência e aos deputados da Casa que eu ouvi daqueles que me antecederam, e eu respeito, os pronunciamentos mais dementes possíveis com relação à situação que vivem os aposentados do nosso estado. Entendo que está na hora da gente sair do discurso e concretamente contribuir para melhorar a vida deles. Eu consultei o líder da bancada, deputado Pedro Kemp, e a deputada Gleice Jane, e lhes propus solicitar, em nome da bancada do PT, uma audiência com o governador para apresentarmos a legítima reivindicação desse povo que muito já contribuiu para o desenvolvimento do nosso estado. O governador tem o compromisso de resolver esse problema e, com todo respeito, nós temos que exigir que ele cumpra a sua promessa. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.



**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados, pessoas que atendem a nossa Sessão. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimento (Agesul), solicitando a possibilidade de instalação de uma rotatória no distrito Industrial de Aparecida do Taboado. Justificativa: trata-se de um pleito encaminhado pela vereadora Patrícia, do município de Aparecida do Taboado, solicitando a instalação da rotatória na avenida Presidente Vargas, na altura do número 855, no distrito Industrial, onde se localizam as fábricas Conesul e V2, que ocasionam a entrada e saída frequentes de veículos pesados, sendo necessário aumentar a segurança dos que transitam naquele trecho. Senhor presidente, com relação à discussão que está sendo colocada neste Plenário, quero dizer que acho absolutamente legítimo o movimento, é uma discussão importante com relação à questão dos aposentados. Ocorre que nós precisamos tratar desse assunto de maneira responsável e trazer para o governador do estado uma maneira de sairmos da situação atual para uma posição ideal e desejada, talvez um eventual escalonamento dessa contribuição. Penso que a maioria aqui já fez a sua contribuição para o desenvolvimento do nosso estado, mas agora temos que encontrar uma solução negociada, uma solução que respeite o orçamento do estado, que possa ser equilibrada e atenda aos anseios absolutamente legítimos de todos os aposentados e pensionistas que contribuíram para a construção de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Antonio Vaz: sete indicações (Prot. nºs 06029/2023, 06030/2023, 06031/2023, 06059/2023, 06055/2023, 06054/2023, 06056/2023). De autoria do deputado Coronel David: treze indicações (Prot. nºs 05986/2023, 05989/2023, 05976/2023, 05963/2023, 05965/2023, 05969/2023, 05960/2023, 05962/2023, 05961/2023, 05974/2023, 05975/2023, 05970/2023, 05971/2023); três moções de congratulação (Prot. nºs 05959/2023, 05958/2023, 05957/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: quatro indicações (Prot. nºs 06047/2023, 06063/2023, 06052/2023, 06062/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: cinco indicações (Prot. nºs 06020/2023, 06021/2023, 06022/2023, 06023/2023, 06025/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: sete indicações (Prot. nºs 06027/2023, 05956/2023, 05955/2023, 05954/2023, 05953/2023, 05952/2023, 05951/2023). De autoria do deputado Marcio Fernandes: quatro indicações (Prot. nºs 06016/2023, 06026/2023, 06028/2023, 06032/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nº 06038/2023). De autoria do deputado Paulo Corrêa: três moções de congratulação (Prot. nºs 05950/2023, 06060/2023, 06061/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 06057/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 06058/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nº 06040/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: trinta e duas indicações (Prot. nºs 05990/2023, 05991/2023, 05992/2023, 05993/2023, 05982/2023, 05964/2023, 05994/2023, 05995/2023, 05996/2023, 5966/2023, 05967/2023, 05968/2023, 05972/2023, 05973/2023, 05997/2023, 05979/2023, 05977/2023, 05978/2023, 05980/2023, 05981/2023, 06004/2023, 06003/2023, 06002/2023, 06001/2023, 05999/2023, 5998/2023, 06000/2023, 06006/2023, 06009/2023, 06008/2023, 06007/2023, 06005/2023); um requerimento (Prot. nº 06039/2023); uma moção de

congratulação (Prot. nº 06050/2023); um projeto de lei (Prot. nº 06048/2023); uma moção de repúdio (Prot. nºs 06049/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: três indicações (Prot. nºs 06010/2023, 06012/2023, 06014/2023); uma moção de congratulação (Prot. nºs 06017/2023, 06011/2023, 06015/2023); De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 06042/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 06041/2023). De autoria do deputado do Zeca do PT: dois projetos de lei (Prot. nº 06051/2023, 06046/2023). Uma moção de congratulação (Prot. nº 06041/2023). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Antes, porém, pela ordem, o deputado Roberto Hashioka.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Senhor presidente, eu ouvi aqui os meus colegas se manifestarem a respeito dos aposentados do estado de Mato Grosso do Sul, e como servidor do antigo Dersul, eu também faço parte e vejo que é legítima a reivindicação, principalmente para aqueles que recebem os menores salários. Acho que nós temos que equalizar essa questão da previdência porque 14% é um valor excessivo e o estado tem que equacionar, visto que hoje nós enfrentamos um grave problema, nós temos treze mil professores convocados que recebem o equivalente a 88% do salário de um efetivo e não contribuem para a previdência do estado de Mato Grosso do Sul, eles contribuem para o INSS, o que é um equívoco, a conta não fecha, nós teríamos que ter professores convocados concursados, para que eles pudessem contribuir também para a previdência, porque a previdência sobrevive, principalmente, da contribuição dos ativos, e como nós temos treze mil professores convocados contribuindo para o INSS, o estado do Mato Grosso do Sul fica muito prejudicado nesse sentido. Então, eu me coloco a favor dos servidores aposentados aqui do nosso estado. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Eu gostaria de fazer um esclarecimento a todos os servidores e aos deputados Pedro Kemp, Coronel David, Junior Mochi, que é um estudioso do assunto, que esta Casa fez um requerimento à Secretaria de Estado de Administração, solicitando, a partir de dados concretos, o cálculo atuarial, o impacto na previdência, um escalonamento de como poderia ser feito para que os servidores que ganham até o teto do INSS pudessem ter esse desconto. Essa é uma iniciativa do Poder Executivo, mas todos os deputados têm vontade de que os servidores aposentados que ganham até o teto possam ter o benefício de 14%. Estamos aguardando a manifestação da Secretaria de Administração, e vamos continuar encaminhando para que venha um projeto nesse sentido, já que esta é a Casa da Democracia. Abrindo exceção, com a palavra, o deputado João Henrique.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — sem revisão do orador — Presidente, eu fiz inversão de fala com o deputado Coronel David. Quero destacar que à época nós votamos contra essa reforma da previdência, contra a instituição desses 14%, principalmente porque diferente do que foi feito pelo governo federal, no lugar de taxar os mais altos salários, aqui foi feita uma inversão de cima para baixo, não perdoando as menores faixas salariais. Dizer para vocês que estão aqui hoje, neste Plenário, que podem realmente contar com os deputados estaduais. Quando nós chegamos nesta Casa o orçamento do estado era da ordem de dezessete bilhões de reais, hoje já está em vinte e três, vinte e cinco bilhões, com grandes investimentos, havendo a possibilidade de rever esse comportamento injusto do governo do estado.

Saibam que vocês têm representantes nesta Casa. O que nós estamos vendo é a promoção do aumento de 140% no salário dos comissionados, que eu votei contra, no lugar de se rever uma medida dessa, injusta, que não tem mais como suportar. Contem com os parlamentares desta Casa, podem entrar nas redes sociais, podem cobrar, podem levantar a pauta porque aqui o povo tem voz e vez. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Só para registrar e não ser injusto, quero dizer que a reforma da previdência daqui não foi abrupta e diferente da reforma nacional.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Presidente, eu votei contra porque foi diferente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Eu posso concluir a fala? Deixei o senhor falar no Pequeno Expediente, mas agora eu quero fazer um esclarecimento. Na reforma da previdência esta Casa apresentou um pedido ao Executivo, porque há um escalonamento no INSS de 7,5%, 9%, 12% e 14%, mas não é verdade que não paga até os sete mil reais. Nós aqui solicitamos que fosse feito um estudo para quem ganha até esse teto, mesmo que não fosse de imediato. A gente tem que ser justo e verdadeiro na fala: há nesta Casa o desejo político de atender a categoria de vocês, mas nós não podemos fazer politqueira aqui. Tudo é feito com base em estudo atuarial, e não queremos ser irresponsáveis, mesmo porque, se ninguém paga, daqui a dez anos ninguém recebe. Não é verdadeira essa coisa de vender terreno na lua. Previdência sobrevive com dinheiro de quem paga, ou do aposentado ou da ativa. Nós defendemos que vocês possam ter a aposentadoria e que tenha escalonamento. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique, que disporá de trinta minutos para o seu pronunciamento.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Senhor presidente, colegas deputados, público que nos assiste. Hoje eu não teria, deputado Rafael Tavares, condições de subir nesta tribuna e não falar do Exame Nacional do Ensino Médio que foi comemorado por uma deputada federal do estado de Mato Grosso do Sul, antes da prova, deputado Márcio Fernandes, como sendo a primeira vez que esse exame estaria desprovido de conteúdo de caráter ideológico. Ao abrir os envelopes da prova, deputado Rafael Tavares, nós assistimos uma cena de cunho ideológico, uma cena ditatorial, que obrigou os alunos tirar notas altas ao defender que o agro dispersa uma chuva de veneno nas plantações, obrigou os alunos a defender pautas contra o campo, utilizando termos da época da revolução industrial, ainda desatualizados, os camponeses, os campesinos, como se o agro fosse o grande vilão. Então, para explicar para vocês que vieram aqui reivindicar os seus direitos, se hoje existe uma boa vontade do governo e dos deputados de enxergar que é possível reverter essa medida injusta que eles implantaram lá atrás, diferente da reforma que foi feita pelo governo federal à época, e que eu votei contra exatamente porque punia os menores salários, não poupava nem a faixa de um salário mínimo, é porque o agro, é porque o campo está permitindo que o estado tenha um novo modelo orçamentário e novas possibilidades. E a gente assistir o Mato Grosso do Sul que está sendo levado como instrumento de propulsão pelo agronegócio, pelo campo, que é o nosso modelo, que é a nossa matriz, em nível federal

ser demonizado, é triste. Então, não dá para ficar quieto e deixar de comentar o tema da redação: "Desafios para enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil". Quando você faz uma redação, você tem que circular as palavras-chave para que o aluno discorra sobre o tema, e isso obriga o aluno a discorrer sobre a invisibilidade do trabalho de cuidado da mulher, destacando que para o movimento feminista as mulheres que adotaram e que quiseram ter essa maneira de cuidado com a sua família, é algo vexatório, é algo na contramão, é algo que nós não podemos sequer respeitar. Fico imaginando um aluno numa banca da USP que queira defender a possibilidade da dona de casa cuidar sua família, ou que queira defender o agro, dizendo que o agronegócio é um modelo sustentável, que hoje 10%, 8% do PIB está intimamente ligado à produção do agro, ele vai zerar a questão do Enem. Concedo um aparte ao deputado Rafael Tavares.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB)** — Deputado João Henrique, quero cumprimentar Vossa Excelência por trazer para esta Casa um tema tão importante. Eu, por diversas vezes falei sobre doutrinação ideológica nas escolas, e alguns colegas aqui ainda ficam exaltados quando abordo esse tema, dizendo que é loucura da cabeça da direita, que isso não existe, que é perseguição. Eu tenho uma filha de dezessete anos que fez o Enem e a forma mais correta que encontrei para que ela conseguisse se sair bem na prova, foi tentar transformar a cabeça dela, por um dia, por uma de esquerdista, porque eu já sabia que teria teor ideológico. O que acontece é que hoje em dia não é necessário o aluno fazer cursinho para se preparar, basta assistir a Globo, basta assistir os principais canais de televisão que exaltam a esquerda para que ele consiga ir bem na prova do Enem. Eu trouxe aqui uma matéria: "Enem 2023 exalta Paulo Freire, associa o agro às chuvas de veneno e crítica o capitalismo". Eu quero dizer a vocês que o agronegócio no Brasil deu um salto em vinte anos e hoje equivale ao PIB da Argentina. Então, algo que deveria ser orgulho para o nosso país, orgulho para os nossos jovens, hoje é tratado de forma criminosa numa prova de avaliação da educação brasileira. Talvez, deputado João Henrique, seja por isso que o Brasil ocupa os últimos lugares na educação, porque ao invés de aprender Português, Matemática, aprender a se desenvolver corretamente como é feito na maioria dos países desenvolvidos, o jovem tem que aprender lacração, caso contrário ele não consegue ir bem na prova do Enem do governo do PT. Muito obrigado.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Adiro a fala de Vossa Excelência, deputado Rafael Tavares.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PL)** — Conceda-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** - Ainda não, deputado Pedro Kemp, quero fazer a minha conclusão até para que a gente possa entender uma prova nacional de um Exame Nacional do Ensino Médio. O que este parlamentar defende é que ela contemple a liberdade de expressão, e pouco importa que você concorde com a direita, com o centro, com a esquerda, com a divergência, com a convergência, a meu ver, a prova tem que mostrar e reconhecer quem tem conteúdo para defender suas ideias, ela não pode direcionar a resposta para quem não acredita em determinado tema e tenha que concordar com ele. Por exemplo, nessa prova, a palavra-chave era "invisibilidade" e a gente começa dialogar com essa prova e refletir se seria o fato de as donas de casa

exercerem um belo trabalho e, portanto, merecerem mais reconhecimento. A redação deveria enaltecer o serviço que muitas mulheres, por escolha, prestam a sua família, ou deveria escrever sobre o quanto serviços de cuidado do lar eram valorizados até a década de 1990, mas que com advento e expansão de movimentos coletivistas, feministas, a mulher passou a alimentar-se de narrativas modernistas e enxergar os cuidados do lar, com a família, como uma humilhação. Será que para obter as maiores notas o aluno deveria escrever sobre o trabalho doméstico ser horrível, e mesmo assim ser exercido pelas mulheres, ou que o trabalho doméstico não deveria mais, na condição de cuidar do lar, ser exercido por um homem, mesmo ele sendo criticado ou tido pela pauta coletivista como algo ruim. Quer dizer, não serve para mim, mas alguém tem que fazer. O que será que esse aluno deveria responder num tema de redação onde o estudo, o ensino, o conteúdo, o discernimento, a sua linha de liberdade de argumentação deveria ser ilimitada, onde nós precisamos reconhecer a criatividade do aluno e o domínio para a sua prova? Será que a banca imaginou que se o aluno falasse sobre o machismo, ou ele deveria discorrer enaltecendo o serviço que muitas mulheres, por escolha, prestam a sua família? Não, os textos de apoio divulgados repudiam explicitamente as diferenças sociais entre homens e mulheres no que tange ao trabalho doméstico. Os alunos que fizeram o Enem foram obrigados a concordar que as donas de casa sofrem muito, que elas levam uma vida infeliz, que levam uma vida horrível, e que elas sofrem dentro de uma sociedade machista. Eles foram obrigados a concordar sobre o quanto o patriarcado deixou a mulher sobrecarregada, e o quanto o movimento feminista luta com isso. A questão aqui não é dizer se essa premissa, para quem adere às pautas mais ligadas à esquerda ou feministas, está correta ou não, se vocês concordam com isso ou não, a questão é que o governo já mudou, o governo pode mudar, e o Exame Nacional do Ensino Médio tem que estar livre de qualquer governo, de qualquer pauta, ele tem que deixar o aluno mostrar que tem condições de convencer, de instigar, de colocar dúvidas nos temas, de questionar os seus mestres. É dessa forma que nós vamos mostrar uma evolução. Então, se você não concorda com nada disso e quiser expressar a sua verdadeira opinião, uma opinião totalmente contrária a respeito dos cuidadores, a respeito das donas de casa, a respeito do lar, você simplesmente não poderia, porque existe grande chance do corretor que estiver corrigindo a redação zerar a sua nota, dizer que você tangenciou o tema. O Ministério da Educação fez de uma forma que o aluno não pode discordar do tema, não pode discordar do seu governo, não pode discordar do seu partido, para que ele possa ser aprovado em um exame que não vai decidir eleições, que não vai mudar o conteúdo ideológico do país, da sociedade. Esse exame vai definir se esse cidadão vai salvar a sua vida como médico, vai cuidar dos seus interesses como advogado, porque se houve uma evolução, deputado Coronel David, no Enem, é a possibilidade dessa nota ser utilizada simultaneamente em universidades de Medicina, de Direito, de Engenharia, no Brasil afora. Eu quero passar em uma ponte onde o engenheiro foi aprovado pela sua capacidade, pelo seu estudo, pela sua excelência, não quero passar em uma ponte, sabendo que ela vai parar dentro do Ministério da Educação, dentro do gabinete do ministro que determinou a confecção dessa prova ditatorial, preconceituosa e arbitrária.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Permita-me um aparte, deputado.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Permito, deputado Coronel David.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Primeiro cumprimentá-lo pela abordagem deste tema tão importante.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Só para registrar, pela ordem, eu havia pedido um aparte para Vossa Excelência.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Concedo um aparte ao deputado Coronel David.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Está registrado que Vossa Excelência não me concedeu o aparte.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Respeite o meu aparte, por favor. Deputado João Henrique, Vossa Excelência fez uma bela abordagem sobre a questão que aconteceu ontem no Enem e cada vez que a gente vê a ideologia tomando conta de algo que deveria ficar a salvo de tudo, nos comprometemos o nosso futuro. Eu gostaria de cumprimentá-lo e mais uma vez lamentar a forma com que alguns temas foram tratados na prova do Enem, principalmente nas críticas desferidas contra o agro brasileiro, a grande força motriz econômica do Brasil, que representa um salto na questão do PIB brasileiro, e que esse desgoverno federal ainda comemora, através do trabalho do homem do campo, a melhoria da economia e quando chega na oportunidade de falar besteira, eles colocam essas questões dentro da prova do Enem. Então, deputado João Henrique, meus cumprimentos pela abordagem e conte comigo nessa questão.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Deputado Coronel David, adiro a fala de Vossa Excelência, agradecendo a participação, mas gostaria de reiterar que aqui nós não queremos introduzir uma cartilha da lacração e dizer quem é que está com a razão, aqui nós queremos a cartilha da argumentação, a possibilidade de o aluno discordar, isso é liberdade de expressão. Eu li um livro que foi traduzido como "O grande irmão", e esse livro, deputado Coronel David, deputado Junior Mochi, trouxe um adjetivo que ficou conhecido como "orwelliano", porque quem escreveu foi George Orwell, inclusive inspirou a criação de um programa de televisão que todo mundo para pra assistir e entender o comportamento de quem está participando, que é o Big Brother. O que eu vi nesse livro é que aos poucos o governo repressivo e ditatorial começava a tirar a liberdade, mudava o conteúdo, e todas as vezes que acontecia algo que incomodava, era preciso mudar e desdizer. Eu acho engraçado uma prova onde não se pode colocar a opinião do aluno, a argumentação. De nada adianta os estudantes entenderem de Filosofia, História, Geografia, despertar esse espírito jovem, revolucionário, se eles forem obrigados a responder aquilo que quem fez a prova acredita que seja verdade. Então o que nós temos que defender, acima de tudo, é a liberdade de expressão e de argumentação dos alunos, porque uma prova não pode condenar o agronegócio, exaltar apenas um profissional que eles acreditam ser o pai da educação, Paulo Freire. Quem discorda? Se vocês concordam, não é importante colocar uma outra visão antagônica para reforçar a opinião? Então o espelho de correção e os textos de apoio da prova do Enem não podem sair como já foram publicados, direcionando e chancelando essa linha restritiva de pontuação. Eu devo concordar que o trabalho de cuidado realmente não é valorizado na sociedade, vi pessoas de direita dizendo que esse trabalho é muito

valorizado, mas na verdade ele é valorizado dentro da bolha que a gente vive, porque nós sabemos a importância de manter determinados valores na sociedade. Nós já estamos nessa luta contra menosprezos dos progressistas com relação às donas de casa há muito tempo, mas a sociedade no geral vem desabonando, condenando os serviços domésticos e a maternidade por escolha, dedicação e por amor. Isso acontece porque movimentos coletivistas, infelizmente, têm encabeçado essa pauta e porque dizem que são movimentos que defendem as mulheres, mas não quando as escolhas das mulheres não são aquilo que o movimento deseja defender. Experimente você, dona de casa, que por escolha cuida do seu lar, levantar o seu dedo numa palestra coletivista, na USP, e dizer que discorda de tudo está sendo pregado ali, e você vai ver que vai ser vítima de uma verdadeira humilhação, opressão e repressão. Como se já não bastasse a humilhação que os alunos brasileiros sofrem diariamente diante de uma educação precária, ainda existe a humilhação de não poderem se expressar como querem, justamente num governo que diz prezar pela liberdade. Pátria educadora de quem? Obrigado, presidente. Era a minha fala.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Não me concedeu o aparte, só o pensamento de direita.

**DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João César Mattogrosso.

**DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB)** — Só para agradecer à secretária Ana Carolina Nardes e ao governador Eduardo Riedel, pelo atendimento à indicação que fizemos logo no início do nosso mandato, pedindo um estudo de viabilidade para implementar, no governo do estado, a modalidade home office que ficou muito conhecida na época da pandemia. Eu já havia apresentado essa indicação na Câmara de Campo Grande, em 2018, quando eu era vereador, e agora, por meio de um decreto, trinta e um servidores da Junta Comercial serão testados por quarenta dias nessa nova modalidade e na próxima semana serão os funcionários colaboradores da Procuradoria. Quero dizer que essa modalidade prevê a qualidade de vida do funcionário, uma melhora do serviço público e também uma economia aos cofres. Parabéns ao governo do estado e à secretária Ana Carolina Nardes!

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Passando a presidência.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Deputado Renato Câmara. Transferida. Deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Senhor presidente, a pedido da deputada Gleice Jane, vou inverter o meu tempo com ela, apenas para dizer que, graças a Deus, o Enem não ensina mais que a terra é plana e que o tema da redação tratou de um assunto muito importante que é o trabalho invisível da maioria das mulheres. Quando

éramos criança, levantávamos de manhã e o café estava na mesa, nossa roupa estava passada, a casa estava limpa, e a última pessoa a deitar era a nossa mãe. Esse é um trabalho invisível e não é remunerado. Então, no Enem, três milhões e novecentos mil jovens tiveram a oportunidade de sentar na carteira e pensar que tem uma trabalhadora que trabalha, não é remunerada e o seu trabalho é invisível na sociedade. Graças a Deus, nós temos um Enem que faz o povo pensar sobre isso.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, por inversão, a deputada Gleice Jane, que disporá de quinze minutos para o seu pronunciamento.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — sem revisão da oradora — Bom dia, presidente, nobres colegas deputados e deputadas que estão on-line, público presente, pessoas de luta, trabalhadores e trabalhadoras que sabem como é a vida de uma mulher trabalhadora. Eu me inscrevi aqui para falar de quatro temas e vou começar pela pauta do Enem. Acho que é a primeira vez que se faz um grande debate na sociedade sobre o quanto custa a exploração das mulheres no Brasil, no mundo, e o quanto custa o trabalho invisível. O Enem, muito diferente do que o deputado falou aqui antes, não obriga ninguém a seguir a regra, mesmo porque numa redação a gente não tem que seguir o que está colocado, numa redação argumentativa a gente pode discordar do tema. O que é considerado na avaliação de uma redação é a capacidade de argumentação, tem que seguir o tema, mas não necessariamente concordar com ele, só precisa redigir um texto argumentativo. A grande dificuldade que se tem na prova do Enem é argumentar contrário a uma questão real, porque quando se fala de educação, tem que se trabalhar com a realidade, com dados, com números, com estudos. O Enem nos trouxe como tema a invisibilidade do trabalho das mulheres, que é uma realidade cruel, e só é capaz de questionar e dizer que não se pode fazer isso quem não cozinha, quem não lava, quem não passa, quem não cuida de uma pessoa com deficiência e quem não fica vinte e quatro horas nesse trabalho, porque o trabalho doméstico não tem descanso, não tem férias, não tem tempo livre, e não é remunerado. Então, discordar disso é ideológico, é ideologia, é ideologia do patriarcado, do machismo e da misoginia que todos os dias coloca mulheres em situação de submissão, em situação de violência. É esse discurso que ignora o trabalho das mulheres, que ignora a participação das mulheres na política, que não respeita a lei das cotas para as mulheres na política, que faz as mulheres trabalharem como laranjas nas campanhas para eleger os homens. Esse discurso é o discurso que garante violência, misoginia e a morte de mulheres todos os dias neste país. Isso é ideológico e nós temos que lembrar que não existe democracia sem ideologia. Quando a gente acabar com o discurso, com o debate de ideias, com esses enfrentamentos de ideias, quando a gente quiser questionar a ideologia, estaremos enfrentando e combatendo a democracia, e isso é ideológico. Então, vamos parar com esse discurso de ideologia porque ela está em todos os espaços, na educação, na saúde, na ciência, e onde há pessoas pensando, onde há mais de uma pessoa debatendo, há ideias e debate-se ideias. Portanto não existe vida coletiva sem ideologia. O Enem trouxe uma pauta que nós mulheres reclamamos e brigamos há décadas, neste país, que é a nossa invisibilidade. Nós somos invisíveis no trabalho doméstico porque trabalhamos e contribuimos economicamente com o trabalho invisível doméstico, haja vista que 11% do PIB do Brasil é constituído por um trabalho não remunerado, mas nós estamos falando de economia, nós não estamos falando de

feminismo. Então, vamos começar compreender o que é o debate do Enem, porque na hora que a gente olhar os dados, compreender e estudar, nós vamos vencer essa pauta com mais tranquilidade. O que chamam de amor, é trabalho não remunerado, e nós não pedimos essa responsabilidade de cuidado, de cuidar da casa. Eu sou uma feminista de carteirinha e sempre digo que as mulheres têm direito de trabalhar, de ficar no seu trabalho doméstico e no trabalho do cuidado, mas elas precisam ser enxergadas, visibilizadas e remuneradas. O que a gente não quer é que as mulheres sejam exploradas, nós queremos divisão igual do trabalho doméstico, queremos que todas as pessoas que estão numa casa tenham responsabilidade de lavar, passar, cozinhar e de cuidar das pessoas que estão ali. O trabalho tem que ser coletivo. Esse é o debate feminista, e quem é contra isso, defende o machismo, é machista, é misógino. Essa é a realidade, e nós temos que compreender a partir disso. E por falar no feminino, nós temos um outro feminino que vem sendo bastante debatido no nosso estado, que diz respeito à nossa saúde, à nossa vida, e à vida das mulheres, que é a nossa água. Esse assunto foi bastante debatido aqui e, de acordo com os dados apresentados nas pesquisas, foram encontrados vinte e sete agrotóxicos nas águas das torneiras das cidades de Rio Brilhante, Dourados, Deodápolis, Itaporã, Maracaju e Nova Alvorada do Sul. É um coquetel de agrotóxicos! Nós não sabemos o que isso acarreta nas nossas vidas e das nossas famílias, como afeta a nossa saúde. Nós precisamos compreender e eu vou deixar para vocês concluírem o que é isso, quem lucra com isso, quem perde com isso e o que o governo está fazendo para resolver um problema que também onera o estado. Recentemente eu fiz essas perguntas, e hoje apresento um requerimento pedindo informações sobre quais atitudes o governo está tomando para que a gente consiga compreender qual é o problema real sobre os agrotóxicos nas águas e como pode ser solucionada essa situação. É necessário estudos e investimento em pesquisas que verifiquem essa situação. Nós temos dois agrotóxicos que nem são permitidos mais no Brasil, mas estão nas nossas águas, e mesmo que estejam dentro de uma média autorizada, é um coquetel, são vinte e sete agrotóxicos que estão no nosso copo todos os dias, que estão na nossa alimentação, porque a gente faz comida com água da torneira. Nós precisamos refletir sobre isso. Então, eu peço ao governo do estado que nos diga o que está sendo feito nesse sentido, quais são os estudos que estão sendo levantados, o quanto o agro ajuda o estado e o quanto também está prejudicando a nossa saúde. Eu acho que são perguntas que a gente precisa fazer e precisamos de dados, por isso não vou fazer afirmações ainda. O momento é de perguntas e é isso que eu estou fazendo aqui. O que precisa ser feito é pensar em políticas de enfrentamento. E por falar em trabalho remunerado, não remunerado, e por falar em nossa saúde, nós não podemos deixar de falar sobre a importância de servidores e servidoras públicos no estado do Mato Grosso do Sul, sobre a valorização dessas pessoas. Olho para a plateia e vejo uma maioria de mulheres. Nós precisamos pensar que essas pessoas deram o seu sangue, trabalharam, ajudaram e contribuíram com o trabalho do estado, contribuíram com a população, e justamente no momento em que mais precisam ser cuidadas, nós temos uma política de 14% de desconto no salário delas, o que não lhes permite ter uma vida digna no processo de aposentadoria. Por isso eu quero dizer aqui do meu compromisso, da minha compreensão, e manifestar a minha revolta com a reforma da previdência da forma como foi aprovada aqui na Assembleia Legislativa. Essa é uma luta da qual fazemos parte, e nós estamos com vocês por entender que não podemos penalizar as pessoas no momento em que elas têm o direito de desfrutar da vida, depois de tantos anos de contribuição com a sociedade sul-mato-grossense.

Então, parabéns pela luta de vocês! A gente sabe que nenhum direito é conquistado sem luta, e nós perdemos muitos direitos nos anos que se passaram depois do golpe contra a Dilma. A gente percebe que vivemos um retrocesso, várias políticas contrárias que a gente sofreu, mas a gente vai vencer de novo. Parabéns a vocês que estão aqui hoje fazendo essa luta. Por fim, quero dizer também que a gente quer incentivar a cultura e a participação das mulheres na cultura sul-mato-grossense. E hoje temos aqui a aprovação do nosso projeto que institui o Dia da Mulher Sul-Mato-Grossense da Cultura Artista, nome que contempla e homenageia a nossa querida Lídia Baís. Muito obrigada. Sigamos em frente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Antes eu gostaria estender a todos o convite feito pelo presidente da Fiems ao deputado Paulo Corrêa, para a reunião que vai acontecer na Fiems, amanhã, às 16h, onde estará presente o vice-presidente da república, senhor Geraldo Alckmin; a senhora Simone Tebet, ministra do Planejamento; o senhor Alexandre Silveira, ministro de Minas de Energia, e o senhor Jean Paul Prates, presidente da Petrobrás, juntamente com o governador Eduardo Riedel. Convite a todos os deputados pelo Mato Grosso do Sul para participarem da agenda presidencial em Três Lagoas. Na oportunidade, será discutida a industrialização e a indústria no Mato Grosso do Sul, uma pauta daquelas que a gente defende para que realmente haja desenvolvimento, geração de renda e melhoria para o cidadão de Mato Grosso do Sul. Agradeço ao deputado Paulo Corrêa que fez a intermediação da fala do presidente da Fiems, senhor Sérgio Longen. Encerrado o Grande Expediente. Gostaria de registrar, deputado João César Mattogrosso, que no dia 31 nós tivemos a Sessão Extraordinária de concessão do Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense e Comenda do Mérit Legislativo, e em função disso foi cancelada a sessão do dia 1º de novembro, quando ouviríamos a senhora Giovana Costa da Silva, presidente do Diretório Acadêmico Clovis Beviláqua. Então, em nome da Casa, nós queremos fazer o convite para o I Congresso sobre Política e Direito, que será realizado pelo Diretório Acadêmico da UCDB, para que ela tenha a oportunidade de utilizar a palavra, estendendo o convite para os dias 08 a 10 de novembro. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário se há quórum para deliberação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há quórum para deliberação.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Antes quero agradecer aos membros da CCJR, que já fizeram sessão ordinária hoje, tem sessão amanhã. As deputadas Mara Caseiro e Lia Nogueira estão representando a Casa no congresso da Unale. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 125/2023. Autor: deputado Jamilson Name. "Inclui como conteúdo transversal no currículo das escolas estaduais do estado de Mato Grosso do Sul, noções de robótica". A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. A Comissão Serviços Públicos, Obras, Transportes, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.



Projeto de Lei nº 125/2023, de autoria do deputado Jamilson Name.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.



**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Retirado de pauta regimentalmente, pela ausência autora. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 261/2023. Autor: Poder Executivo. "Institui o Programa MS Supera e dá outras providências". A Comissão de Educação, Cultura, Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Gostaria de solicitar vista do Item 3, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Vista concedida. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 159/2023. Autora: deputada Gleice Jane. "Institui o dia 22 de abril como o Dia da Mulher Artista Sul-Mato-Grossense, em homenagem à pintora, escritora e compositora Lídia Baís, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 159/2023, de autoria da deputada Gleice Jane.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos)** — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 184/2023. Autor: deputado Antonio Vaz. Estabelece normas para o encaminhamento de pacientes pelas equipes de socorro do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul (CBM/MS) e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, após atendimento emergencial para os hospitais privados. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por maioria, à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Para discutir, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Senhor presidente, esse é um projeto que prevê que os pacientes que necessitam de atendimento emergencial poderão solicitar o encaminhamento para hospitais privados ou hospitais que atendam o plano de saúde do socorrido, mas condiciona o encaminhamento hospitalar dos pacientes à decisão do médico regulador, conforme especificado na Portaria nº 2.048/2002, do Ministério de Saúde, ou o regulamento emitido pela autoridade competente. Depreende-se da análise do projeto de lei que o estado não terá responsabilidade quanto a quaisquer ônus decorrente do encaminhamento do paciente ao hospital privado. A medida proposta visa a resguardar o direito do paciente optar pelo encaminhamento aos hospitais particulares quando forem socorridos pela rede de urgência pública. Então, senhor presidente, isso dá prioridade para o paciente escolher se quer ser tratado ali, ou ser atendido pelo seu plano médico. Peço a colaboração de todos os colegas. Obrigado, senhor presidente.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Senhor presidente, pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, pela ordem.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Gostaria de pedir vista desse projeto que acho interessante e inteligente também. Aproveito para cumprimentar o deputado Vaz e dizer que o pedido de vista é por vinte e quatro horas. Eu, particularmente, tenho algumas dúvidas com relação às normas da própria instituição militar, principalmente na questão dos hospitais públicos e privados, sobre quem fará o pagamento, como ficaria isso na prática. Então com as devidas vênias, não tenho o costume de pedir vista do projeto de Vossa Excelência, mas vinte e quatro horas servirão para talvez trazer o nosso apoio ao projeto. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Vista concedida ao nobre deputado Joao Henrique, por vinte e quatro horas. Item 6. Em primeira discussão e votação nominal. Consulto se o deputado Neno Razuk está presente.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Estou presente virtualmente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Projeto de Lei nº 224/2023. Autor: deputado Neno Razuk. "Dispõe sobre a comunicação ao consumidor quanto ao término do período de teste gratuito de serviços oferecidos por empresas situadas no estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 224/2023, de autoria do deputado Neno Razuk.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Sim

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai a segunda. Item 7. Em discussão única e votação simbólica. Quatro requerimentos, setenta e três indicações e três moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Gostaria de verificar se a Frente Parlamentar Invasão Zero consta para ser aprovada na data de hoje.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Sim, não foi pedido destaque, já está votado.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Item 7. Moção de pesar. Proposta pelo deputado João Henrique, em razão do falecimento do senhor Claudio Francisco. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h12min).